



HOJE (8/5), 12H, NA PRAÇA DA PAZ, TEM ASSEMBLEIA!

Hoje (8), tem Assembleia Geral, às 12h, na Praça da Paz, para debater nossa mobilização pela recomposição salarial e isonomia de salários e benefícios.

A USP aproveitou a sua receita no ano passado e concedeu aos trabalhadores um abono de R\$10 mil. Além disso, nossos/as companheiros/as tem o auxílio saúde de R\$165 a R\$1200.

Enquanto o Tom Zé tem quase R\$ 2 bilhões guardados!

Segundo o mapa do Serasa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil, em março/2024, 73 milhões de brasileiros/as estão em inadimplência.

Um estudo ainda indica que 82% dos/as brasileiros/as estão endividados/as com as contas básicas de água, luz ou gás.

E o reitor continua sentado em cima do nosso dinheiro, acumulando sei lá para que ou para quem!

Vamos unir forças pelo nosso reajuste!

Precisamos nos mobilizar, pois o Tom Zé está tirando dinheiro do bolso da sua família, sem levar em conta que quem constrói a universidade somos nós!

E se a Unicamp é a terceira melhor universidade da América Latina é porque nós, trabalhadores/as, colaboramos para esse dado com muito suor.

Estamos cansados de saber que o que falta não é dinheiro, mas vontade e comprometimento com os recursos humanos que mantêm essas instituições de pé, sendo reconhecidas internacionalmente.

O balanço recentemente publicado pela Unicamp demonstra que ela tem em caixa cerca de R\$ 1,83 bilhão, sendo mais do que o suficiente para reajustar nossos salários.

E ainda garantir a isonomia com a USP pagando o abono de R\$ 10 mil, o auxílio saúde e a correção da defasagem histórica dos pisos salariais.

Reuniões de Unidade

Para realizarmos uma Campanha Salarial forte, e garantirmos a nossa ISONOMIA, REAJUSTE, ABONO E AUXÍLIO SAÚDE é urgente intensificar nossas reuniões de unidades.

Agende a sua reunião, ligue para o STU (19) 3521-7412, ou envie um e-mail para secretaria@stu.org.br e solicite um/a diretor/a na sua unidade.

É importante também vir para a **assembleia, 12h, na Praça da Paz.**

PROJETO DE LEI CRIA CARGOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIR ATUAIS FUNÇÕES AUTÁRQUICAS

O governador Tarcísio encaminhou à ALESP (Assembleia Legislativa do Estado de SP), em caráter de urgência, o PLÇ (Projeto de Lei Complementar) 19/2024 que cria cargos públicos que irão substituir gradualmente as atuais funções autárquicas.

O que isso significa? Vou perder meu emprego?

Não! A adequação é necessária para regulamentar o quadro de funcionários que hoje ingressa na Universidade com função e não cargo, como determinam o Tribunal de contas e Ministério Público do Estado de São Paulo. A substituição será gradativa, à medida que os trabalhadores aposentem ou deixem a Universidade, sendo admitido novo trabalhador já no cargo criado, pelo regime ESUNICAMP.

Entretanto os conteúdos do projeto do governador são insuficientes e contém erros e lacunas graves que podem afetar a categoria num futuro bem próximo.

Como foi elaborado o projeto de lei?

A proposta de Lei Complementar apresentada pelo governador foi encaminhada à Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, tendo como base oito anos de conversa institucional entre o governo estadual e a universidade, tudo sem o devido debate com as entidades sindicais e instâncias representativas. Por isso a proposta oficial é insuficiente!

Então o que muda?

Os números de cargos das carreiras docentes foram mantidos, mas houve redução importante do quadro técnico-administrativo em relação às atuais funções autárquicas da carreira PAEPE. Quase mil vagas ficaram desfalcadas do quadro de funções. Nota-se também que a principal categoria defasada será a de Profissionais PAEPE do nível Fundamental, evidenciando os impactos da terceirização na Universidade.

As substituições dos cargos em comissão serão imediatas, sendo criados 24 cargos para substituir as atuais funções de Assessor Especial da Reitoria e Assessor de Imprensa e comunicação da reitoria.

Na PLC, os contratados no novo modelo, em cargos, terão o salário de ingresso 10,51% inferior ao salário base da função correlata a ser substituída. Quem entrar vai receber salários menores.

Financeiramente, a proposta garante não impactar o orçamento da Universidade.

O que diz o STU?

A Coordenação de Carreira do STU se reuniu para debater a PLC e encaminhou proposta de emendas aos

Deputados Estaduais. Da análise do STU, destacamos:

1. Unidade de conteúdo dos requisitos de ingresso dos profissionais de mesmo perfil/especialidade em concursos com diferentes exigências no detalhamento, a fim de evitar contradições entre editais.

2. Não redução salarial dos ingressantes dos novos concursos em relação às mesmas funções executadas pelos profissionais em cargos

3. Alteração do nome "PAEPE" para "PROEPE", profissional de Ensino Pesquisa e Extensão, retirando a palavra "apoio" em reconhecimento da atuação decisiva desses profissionais à Universidade.

4. Não redução do quadro de profissionais técnico-administrativos, com a devida correção dos quantitativos de cargos criados, em especial do grupo de nível fundamental

5. Reorganizar cargos amplos dos níveis médio e superior, com especificação dos profissionais técnicos de educação básica no nível médio e agregação dos cargos de nível superior tratados como analistas PROEPE – analista de ensino, pesquisa e extensão e PEBG PROEPE – profissional de educação básica graduado. Essa proposta permite maior mobilidade dos trabalhadores nos perfis/especialidades dos cargos, permitindo adequação dos quadros às demandas da Universidade.

6. Integração dos pesquisadores à carreira PROEPE a fim de valorizar as especificidades das atividades e evolução funcional na carreira, que atualmente é limitada e isolada.

7. A regulamentação das carreiras e as regras de evolução profissional aprovadas nos órgãos colegiados, assim como a determinação do regime jurídico de contratação, ambos omissos no PLC e no nosso Estatuto.

8. Correção do erro formal ou negligência do PLC em relação à autonomia universitária no Estado de São Paulo. A proposta de lei complementar do Tarcísio ignora o "decreto da autonomia", Decreto Estadual nº 29.598/1989.

O STU conseguiu se mobilizar rapidamente e mesmo com prazo exíguo para elaboração das emendas corretivas do projeto, que foram encaminhadas às bancadas parlamentares e já foram formalmente apresentadas.

Agora é preciso vigiar a tramitação do projeto na Alesp para que a criação de cargos se dê sem a criação de problemas que venham a afetar a categoria, como por exemplo a redução inconstitucional de 10,51% nos pisos de Docentes e Técnico-Administrativos, em especial, aquelas e aqueles que virão a ingressar na Unicamp pelos concursos públicos vigentes e aqueles que vierem a acontecer.

ASSEMBLEIA GERAL SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

14/05 (terça-feira) - 12h - Sede do STU

Pauta: Apresentação do relatório da Comissão de Apuração da Violência de Gênero

Fórum das Seis indica ato com paralisação em 16/5, dia da primeira negociação com o Cruesp

Hora de mobilizar por salário, melhores condições de trabalho e estudo e permanência estudantil!

Em avaliação após a reunião com os técnicos das universidades, na tarde de 6/5 (*veja a seguir*), as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram o indicativo de realização de ato público com paralisação em 16/5, dia da primeira reunião de negociação com o Conselho de Reitores (Cruesp). A concentração será a partir das 14h, em frente ao 'Inova USP' (Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 370, campus Butantã da USP), para acompanhar a negociação que iniciará às 16h.

As categorias devem seguir as orientações de suas entidades e organizar as caravanas para São Paulo. Previsões de números de participantes devem ser informadas à coordenação do Fórum das Seis até a segunda-feira, 13/5, para a preparação da atividade.

A hora é de mobilização. A expectativa do Fórum é que esta seja a primeira reunião de uma sequência que faça avançar o diálogo em torno do conjunto da Pauta Unificada, que traz reivindicações relativas a salários, condições de trabalho e estudo, permanência estudantil/gratuidade ativa, financiamento das instituições, entre outras. Confira a íntegra em <https://bit.ly/puf62024>



Arrecadação prevista na LOA 2024 está superada, admitem técnicos do Cruesp. Nova reunião está marcada para 15/5

Na tarde de 6/5, as equipes técnicas do Fórum das Seis e do Conselho de Reitores (Cruesp) estiveram reunidas com o objetivo de avaliar os números da arrecadação do ICMS, perspectivas e cenários. A USP foi representada por Alberto Teixeira Protti, a Unesp por Rogério Buccelli e a Unicamp por Thiago Baldini da Silva e Henrique Rodrigues da Silva.

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrou resultados positivos no primeiro quadrimestre deste ano. A quota-parte do estado (QPE) no ICMS, que corresponde a 75% da arrecadação e sobre a qual incidem os repasses para as universidades, deve ficar em R\$ 12,88 bi em abril/2024 (os números ainda não estão fechados). Com isso, o primeiro quadrimestre deve totalizar em torno de R\$ 50,24 bi, o que corresponde a um crescimento nominal em torno de 11% em relação ao mesmo período de 2023.



A reunião técnica, em 6/5, na reitoria da USP

das Seis, a partir do histórico crescimento verificado no segundo semestre dos últimos anos, o resultado de 2024 deve ir além disso: se a média de crescimento nominal em relação a 2023 se mantiver em 11%, esse número já ficará em torno dos R\$ 160 bilhões.

Os técnicos do Cruesp têm análise consensual de que a previsão da Secretaria da Fazenda do Estado para o ICMS de 2024, conforme indicado na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada na Assembleia Legislativa para este ano, está superada. A LOA prevê uma arrecadação de R\$ 154 bilhões para o ICMS-QPE em 2024. Para os técnicos, é certo que esse número não será menor que R\$ 157 bi. Nos estudos realizados pelo GT Verbas da Adusp, que conta com representantes das demais entidades do Fórum

Acesse a versão online aqui



Comprometimento inflado

Representantes do Fórum voltaram a cobrar dos técnicos da USP e da Unicamp a mudança na forma de calcular o comprometimento das universidades com folha de pagamento. Indevidamente, estas universidades lançam na planilha Cruesp os gastos com vales alimentação/refeição e saúde e até com abonos (caso da USP), que têm caráter indenizatório e, portanto, deveriam ser calculados como custeio. Tal prática artificializa os percentuais gastos com salários, gerando confusão nas categorias e comprometendo a transparência dos números. Somente a Unesp lança os dados corretamente.

Alberto Protti, da USP, assumiu e justificou o não cumprimento do compromisso de, ao menos, indicar na planilha os *links* onde podem ser verificados os gastos



Integrantes do Fórum das Seis em frente à reitoria da USP, local da reunião técnica em 6/5

em relação à reposição inflacionária, desde o início dos anos 2000.

Nova reunião e simulações

O Fórum das Seis cobrou dos técnicos a apresentação de simulações sobre as reivindicações apresentadas na Pauta Unificada 2024, em relação aos salários, à valorização dos níveis iniciais das carreiras e à permanência estudantil. No caso desta última, a reivindicação é de isonomia entre os valores das bolsas e auxílios e garantia de atendimento de toda a demanda.

Eles se comprometeram a trazer os dados na próxima reunião técnica, agendada para as 14h de 15/5, véspera da negociação.

Reivindicação salarial e números finais da inflação

A reivindicação salarial presente na Pauta Unificada 2024 – recuperação do poder aquisitivo de maio/2012 – será ajustada pelo Fórum das Seis, à luz dos números finais da inflação dos últimos 12 meses. O cálculo do índice de 18% para recuperar maio/2012 levava em conta uma projeção para a inflação de abril/2024. Com a divulgação, nos próximos dias, da inflação final deste mês, será possível ajustar em definitivo a reivindicação.

O conceito da reivindicação é:

- **Em maio/2024:** a inflação dos últimos 12 meses + a metade do que faltar para voltarmos ao poder de compra de maio/2012.
- **Ainda em 2024,** pagamento do que faltar para voltar a maio/2012.



Na quinta edição do **'Minuto Fórum das Seis'**, Michele Schultz, presidenta da Adusp e coordenadora do Fórum das Seis, faz um breve relato sobre a reunião técnica em 6/5/2024. Acompanhe em <https://bit.ly/3QuYKFm>

com os vales. Ele disse que isso será feito e que a planilha de abril será divulgada novamente, desta vez com os *links*.

Reservas têm lastro no arrocho salarial

Representantes do Fórum pontuaram aos técnicos do Cruesp um fato inquestionável: as reservas financeiras das três universidades – que chegam a cerca de R\$ 10 bi – foram constituídas majoritariamente nos duros anos da pandemia. Além da economia alcançada com a suspensão das atividades presenciais, tivemos a imposição da LC 173/2020, que deixou os servidores e as servidoras cerca de dois anos sem nenhuma reposição salarial, não houve contratações e a contagem de tempo para os adicionais (como quinquênios e sexta-parte) foi congelada de maio/2020 a dezembro/2021.

Para o Fórum das Seis, esse é um elemento que precisa ser considerado na discussão sobre a necessidade de um plano para reposição das perdas salariais da categoria desde maio/2012, período que os nossos salários alcançaram o maior poder de compra,

Acampamento de 51 estudantes em ginásio da USP expõe limites e urgências da permanência estudantil

Um grupo de 51 estudantes de baixa renda da USP está precariamente alojado há cerca de dois meses sob as arquibancadas do Centro de Práticas Esportivas (Cepe) da USP, local destinado a receber atletas para curto espaço de tempo: são quatro quartos, com nove beliches cada. Eles aguardam a apreciação de seus recursos por não terem sido contemplados com vagas no Conjunto Residencial da USP (Crusp). A universidade oferece duas modalidades de auxílio moradia: parcial (R\$ 300,00) para os selecionados ao Crusp, e de R\$ 800,00 para custear aluguel enquanto não for possível a vaga na moradia.

A dramática situação destes 46 ingressantes da graduação e cinco da pós-graduação estampa a urgência da ampliação dos recursos investidos nas condições neces-

sárias para a permanência do crescente número de estudantes em situação de vulnerabilidade social. Para que realmente lhes seja garantido o direito à educação superior pública, é preciso que tenham condições dignas de moradia e alimentação.

A Pauta Unificada de Reivindicações do Fórum das Seis para 2024, construída a partir dos debates e contribuições dos três segmentos, tem um item específico intitulado **“Acesso e permanência estudantil/gratuidade ativa”**. Nele, destacam-se as reivindicações de garantia de políticas de segurança alimentar e nutricional, bem como de moradia estudantil para atender a demanda em todos os *campi*, com infraestrutura



Camas dos estudantes abrigados no CEPEUSP (Reprodução: Arquivo pessoal)

que garanta condições adequadas de vida e estudo. A ampliação dos recursos para esse fim, de modo a que todos/as os/as estudantes vulneráveis sejam contemplados/as, e a isonomia de valores de bolsas e auxílios entre as instituições são reivindicações essenciais.

LDO 2025: Governo Tarcísio recua em ataque às universidades, mas alerta deve seguir aceso

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) uma mensagem modificativa em relação ao artigo 5º do projeto de lei (PL) 302/2024, que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025. O texto do PL, publicado no Diário Oficial da Alesp em 2/5, inseria uma “novidade” no artigo 5º: no percentual destinado à Unicamp, à USP e à Unesp (9,57% do ICMS - Quota-parte do Estado), foram inseridas a Faculdade de Medicina de Marília (Famema), a Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp) e a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Isso significaria uma expressiva redução nos recursos para as estaduais paulistas em 2025.

Frente à reação das entidades representativas, dos reitores e de vários setores da sociedade, Tarcísio anunciou o recuo ainda no dia 3/5 e enviou à Alesp uma mensagem modificativa, publicada no dia 6/5.

Autonomia em risco

A mensagem não suspende o alerta. O fato deixou clara a intenção do atual governo de confiscar recursos da educação superior pública paulista e atacar a autonomia das universidades, previstas no Decreto nº 29.598, de fevereiro/1989. De acordo com o decreto,

Unesp, Unicamp e USP passaram a contar com dotação orçamentária própria, inicialmente de 8,4% do ICMS-QPE, percentual que foi ampliado nos anos seguintes, em meio às lutas da comunidade acadêmica, chegando aos 9,57% vigentes até hoje.

O desejo de acabar com a autonomia e confiscar recursos das universidades não é de hoje, mas ganha tons mais ameaçadores no governo atual. Nada impede que a “base bolsionista” do governador na Alesp leve adiante a tentativa de alterar o art. 5º, uma vez que o texto original do PL 302/2024 pode ser resgatado. Além disso, mais uma vez, a proposta de LDO chega à Alesp sem a expressão “no mínimo” antes dos 9,57% do ICMS/QPE, o que precisa ser alterado. O Fórum das Seis, como de costume, atuará junto aos mandatos na Alesp nesse sentido.

Famema, Famerp e Univesp

No início dos anos 2000, o governo do estado iniciou um movimento para que Famema, Famerp e Faenquil (Faculdade de Engenharia Química de Lorena) fossem encampadas pelas estaduais paulistas. No entanto, o fato de a proposta não vir acompanhada de garantias de aumento de recursos emperrou as tratativas e somente a Faenquil foi encampada pela USP.

Famema e Famerp têm seus

orçamentos vinculados à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), que tem à frente o ex-reitor da USP, Vahan Agopyan. Como não contam com dotação orçamentária fixa – como as estaduais paulistas e a Fapesp – cabe ao governo definir anualmente os valores que lhes caberão no ano seguinte. O mesmo aconteceu com a Univesp, criada em 2012.

O Fórum das Seis defende que Famema e Famerp tenham a garantia dos recursos necessários para o seu adequado funcionamento, tarefa essencial da Secretaria de CTI, sem que isso implique em confisco de verbas de outras instituições públicas.

Em relação à Univesp, o Fórum das Seis reafirma sua oposição à oferta de graduações (formação inicial) à distância e entende ser necessária uma discussão mais aprofundada sobre o papel da instituição. De acordo com dados extraídos do *site* da Univesp, em 2023, suas 13 graduações à distância contavam com 68.147 estudantes matriculados. Quantidade tão expressiva de estudantes, no entanto, contrasta muito com seu quadro fixo de pessoal, composto de 141 pessoas; destas, somente quatro são docentes contratados. O *site* ainda informa a existência de “70 conteudistas para 121 disciplinas”. Trata-se de uma evidente precarização e exploração do trabalho docente.

Solidariedade ao povo gaúcho: Você pode contribuir com os movimentos sociais envolvidos

O Fórum das Seis – entidades sindicais e estudantis das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza – solidariza-se com as vítimas das inundações causadas pelas fortes chuvas que atingem o Rio Grande do Sul desde o dia 30/4.

Até o fechamento deste boletim, na manhã de 7/5, a Defesa Civil do estado contabilizava 90 mortos e 131 desaparecidos. Há cerca de 156 mil desabrigados/as e 48 mil alojados/as em abrigos. Estima-se que 1,4 milhão de pessoas tenham sido afetadas em 388 dos 497 municípios gaúchos. Há falta de água e de energia em boa parte deles.

Como aponta nota divulgada pelo Andes-Sindicato Nacional, durante o governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão houve cortes significativos de verbas destinadas ao Ministério do Desenvolvimento Regional, e o governador estadual, Eduardo Leite (PSDB), em seu segundo mandato, também reduziu verbas destinadas à área. “O que vive hoje a população do Rio Grande do Sul é um desastre produzido, resultado da lógica de exploração imposta pelo capitalismo que, além de destruir o ambiente, produz desigualdades que levam as pessoas a situações de absurda vulnerabilidade”, diz o texto, instando as administrações a tomarem medidas que garantam acolhimento e proteção à toda comunidade, posição com a qual o Fórum concorda e reafirma.



Região do centro de Porto Alegre (Reprodução: Zero Hora)

Matéria divulgada no Portal UOL em 7/5 mostra que a Prefeitura de Porto Alegre não investiu um único centavo em prevenção a enchentes no ano de 2023, embora o departamento que cuida da área tenha R\$ 428,9 milhões em caixa. Os dados foram extraídos do Portal da Transparência de Porto Alegre.

Contribuições

Em todo o país, frentes de doações de produtos e valores em dinheiro foram organizadas por órgãos públicos, ONGs, entidades do movimento social e outras. Tal medida se faz necessária dada a negligência e omissão de sucessivos governos em conter o avanço da exploração ambiental e em prover segurança para a população que, sabidamente, sofrerá as consequências da crise socioambiental em curso no planeta.

Dentre estas, estão as cozinhas solidárias do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto) e as iniciativas do MST (Movimento dos Sem-Terra).

Para contribuir, você pode fazer doações em PIX:

MTST: rededeabastecimento@gmail.com

MST: 09.352.141/0001-48